

# **Apresentação: Dossiê Instituições e representação política**

**Luciana Santana (UFAL)**  
**Paulo Magalhães Araújo (UFES)**  
**Riberti de Almeida Felisbino (CEET Vasco Coutinho)**

O debate sobre *instituições e representação* é central na Ciência Política contemporânea. Os estudos nessa área se caracterizam por métodos de pesquisa e perspectivas teórico-metodológicas variados e por um amplo leque temático, que abrange desde questões relativas ao *deficit* de representação de minorias até os problemas dos controles democráticos, passando pela discussão sobre a relação entre os poderes e pelo uso das novas tecnologias na busca de conexão política entre governantes e cidadãos.

Visando promover discussões nesse campo, o presente dossiê reúne artigos sobre esses temas e suas relações com a estrutura e a dinâmica das democracias – particularmente da democracia brasileira. Nossa chamada foi intencionalmente aberta, precisamente visando ampliar o leque temático dos artigos que esperávamos receber. O resultado foi conforme o esperado: para este número, dentre os artigos submetidos, selecionamos seis, que abordam questões diversas correspondentes à grande amplitude temática de nossa proposta, conforme se pode ver na exposição que segue.

O artigo que abre o dossiê é *Representatividade das mulheres na política: medidas implementadas nos governos de Dilma e Bachelet*, de Neiva Furlin e Meire Mathias. As autoras apresentam uma pesquisa comparada de caráter qualitativo, na qual avalia os governos Dilma e Bachelet – no Brasil e do Chile, respectivamente – visando entender seus efeitos na representação de mulheres nos dois países.

Foi constatado que o governo de Michelle Bachelet encontrou condições mais favoráveis para atuar na vida pública, devido em parte a sua trajetória pregressa – em cargos na política nacional e internacional – e à popularidade que alcançou durante seu governo. Esses fatores teriam dado à presidenta chilena a possibilidade de avançar nas condições para a atuação feminina na política nacional daquele país.

A presidenta Dilma, por sua vez, enfrentou situação mais adversa e, apesar de ter avançado na superação da violência contra as mulheres, não conseguiu realizar medidas que tivessem grandes impactos na ampliação da

representatividade das mulheres na política, sobretudo no parlamento. As autoras concluem que nem sempre a presença de uma mulher representante, afinada com a agenda feminista, significa avanços na implementação de políticas para a equidade de gênero. Seriam necessários fatores favoráveis, principalmente tendo em vista a estrutura conservadora e patriarcal do Estado. Não obstante – a despeito dos obstáculos enfrentados pelas mulheres nos postos de representação política – conclui-se que a representação de mulheres importa, fazendo-se necessárias medidas para uma “política de presença” de mulheres comprometidas com as pautas feministas, que atuem na chefia dos governos, nos ministérios e no parlamento.

A democracia brasileira também é tema do segundo artigo, *Interpretações e poderes em disputa: o ressurgimento do Centrão na política brasileira*, de Gabriella Bezerra e Márcia Paula Vieira. As autoras avaliam a presença do “Centrão” na política nacional, organização parlamentar que surgiu com a abertura democrática e ressurgiu reconfigurada na atualidade, com a ascensão do deputado Eduardo Cunha à presidência da Câmara e as consequências políticas que tal fato acarretou.

Segundo o texto, historicamente o termo “Centrão” busca nomear um bloco informal de partidos, frequentemente responsabilizado por algumas mazelas da política brasileira e lembrado especialmente pela atuação de legisladores que vinculam o apoio ao governo a cargos ou emendas parlamentares. Com alguma frequência, o termo visa apontar que negociações desse tipo refletem a ausência de definição programática e de perfil ideológico do bloco; bloco este que seria particularmente importante em contextos críticos, quando decai o apoio parlamentar e popular ao governo. Argumenta-se que, a despeito da ausência de uma posição claramente programática, o bloco é uma força estratégica que tem se mostrado fundamental à organização dos governos que se sucederam após a redemocratização.

A partir de colunas de opinião e editoriais selecionados da Folha de São Paulo no período de 2016 a 2020, as autoras reconstroem a origem do termo “Centrão” e abordam o seu ressurgimento no centro dos acontecimentos recentes na política nacional, como a queda de Dilma Rousseff e eleição de Jair Bolsonaro – situações em que a atuação dos partidos do bloco foi decisiva, seja para a derrocada de Rousseff, seja para a instauração e funcionamento do governo Bolsonaro. Com base no exposto, o artigo se conclui afirmando a importância do bloco enquanto uma força política central para a estabilidade – ou instabilidade – dos governos, e cujo comportamento deve ser avaliado tendo em vista os incentivos políticos e institucionais que servem de parâmetro para as articulações políticas entre o referido bloco e as instâncias de veto do sistema político nacional.

*O eleitor radical e o paradoxo dos sistemas eleitorais conflitantes* é o título do terceiro artigo, elaborado por Felipe Simoyama e Ricardo Luiz Pereira Bueno. Trata-se de um esforço de formalização teórica no campo da teoria dos jogos, com vistas a entender a relação entre comportamento eleitoral racional e incentivos institucionais implícitos nos sistemas eleitorais.

A novidade do artigo é que os autores se propõem a considerar os dilemas atinentes ao teorema do eleitor mediano – em geral relacionado ao sistema eleitoral majoritário – para avaliar o comportamento do eleitor racional em sistemas proporcionais de lista aberta, como o brasileiro. As simulações matemáticas realizadas constataam a literatura, ou seja, de que o teorema do eleitor mediano não se aplica à prática do sistema eleitoral de lista aberta, dado que, geralmente, o número de candidatos é muito superior ao de cadeiras disponíveis. Ademais, o sistema multipartidário permite que haja diversos partidos dentro de um mesmo espectro, podendo gerar incentivos para partidos adotarem posturas mais à direita ou mais à esquerda.

Os autores seguem afirmando que, a esse respeito, é importante observar que o teorema do eleitor mediano não se resume ao jogo eleitoral, mas também possui impacto nas políticas públicas definidas por cada partido. Uma das consequências lógicas do teorema do eleitor mediano é a de que a maioria das políticas públicas teria como público-alvo esse eleitor, pois os políticos teriam incentivos para assumir posições medianas (moderadas). Por outro lado, em se considerando o teorema do eleitor radical, supostamente aplicável ao sistema eleitoral para o legislativo brasileiro, haveria uma provável incongruência na interação entre o Executivo e o Legislativo, em razão da incompatibilidade de ideologias entre os diversos atores, evidenciando um paradoxo resultante de sistemas eleitorais conflitantes.

O quarto artigo aborda a política municipal de uma cidade do Pará. Intitulado *A relação Executivo-Legislativo no processo de cassação do prefeito de Igarapé-Miri (Pará, Brasil, 2017-2020)*, de Ariel Feldman e Sara Cardoso Rodrigues. O artigo descreve e analisa a relação entre o poder Executivo e Legislativo na política municipal de Igarapé-Miri entre os anos de 2017 a 2020, tendo como foco o processo de cassação do prefeito movido pela Câmara dos Vereadores.

A análise do processo conflitivo instaurado naquele município no período se fundou em modelo teórico proposto por Cláudio Couto em 1998 (vide referência no artigo). O modelo de Couto se estrutura com base em três categorias, quais sejam: a *estratégia*, conflitiva ou cooperativa; a *modalidade*, coalizões de apoio ou oposição rígida; e a *moeda de troca*: programática ou fisiológica. O estudo mostra que, a despeito das tentativas, não foi possível a

formação de uma coalizão estável de governo em bases programáticas, restando ao prefeito a busca de apoios *ad hoc* para aprovar as medidas de interesse da administração municipal. Estabeleceu-se, portanto, uma estratégia conflitiva, caracterizada por uma oposição parlamentar rígida e por interações fisiológicas na busca de apoio. Todavia, nem mesmo isso foi capaz de assegurar a estabilidade do governo; o prefeito foi derrubado pela Câmara de Vereadores, e voltou ao poder graças à supostas irregularidades no processo de cassação.

Para além de apresentar um panorama detalhado sobre o cenário político municipal e sobre o processo que levou à queda do prefeito, o estudo permite conclusões também sobre as consequências dos conflitos entre poderes na popularidade eleitoral dos vereadores e do chefe do governo municipal. À guisa de conclusão, os autores lembram que uma análise mais aprofundada dos sistemas políticos municipais – importantes instâncias de implementação de políticas – é crucial para a compreensão de aspectos da democracia relacionados à representação democrática, que deve ser pautada pela responsividade e pela responsabilidade. O caso de Igarapé-Miri é emblemático nesse sentido, pois, como demonstrado, o processo de cassação na cidade desgastou a imagem do prefeito e, por outro lado, promoveu o legislativo frente à opinião pública. Trata-se de exemplo singular de como sistemas democráticos, inclusive no nível municipal, podem promover a *accountability*.

Vitor Peixoto, Larissa Marques, Matheus Machado e Myllena Rocha são autores do quinto artigo, intitulado *Eleição proporcional em 2020: uma análise do desempenho feminino nos municípios brasileiros*. A análise se faz particularmente importante, tendo em vista que as eleições de 2020 foram as primeiras após uma série de alterações legais que afetaram a dinâmica eleitoral; alterações tais como os novos critérios para a distribuição dos fundos de campanha, que visaram aumentar as possibilidades de sucesso das mulheres nas disputas eleitorais.

Buscando avaliar o peso de fatores político-institucionais e sociodemográficos sobre a representação feminina, os autores testaram hipóteses derivadas de teorias sobre as influências das condições socioeconômicas, da competição eleitoral e do tamanho dos distritos sobre o desempenho das mulheres nas eleições municipais de 2020.

As hipóteses do trabalho derivam da premissa teórica segundo a qual os fatores socioeconômicos, a competição partidária e o tamanho do distrito imputaram maior participação política feminina nas eleições proporcionais. O estudo revelou que em 2020 as mulheres foram proporcionalmente mais financiadas nos pequenos municípios e o financiamento, por sua vez, foi responsável por aumentar a proporção de votos. Mas se nos pequenos

municípios há proporcionalmente mais mulheres candidatas e mais financiamento, os dados mostraram que, controlados estes fatores, é nos maiores municípios que se encontram maiores proporções de votos e de cadeiras destinados às mulheres.

No tocante à hipótese “socioeconômica”, relativa às conexões entre os indicadores clássicos de desenvolvimento (como educação, renda e saúde) e o desempenho das mulheres candidatas, verificou-se que o grau de urbanização, o PIB per capita e a escolaridade tiveram pouco ou quase nenhum efeito sobre o desempenho eleitoral das mulheres em 2020. Os autores lembram que a literatura prevê maior sucesso feminino em municípios com menor grau de desenvolvimento, mas observam que esta visão não foi corroborada. Segundo eles, os achados empíricos não autorizam interpretações que vinculam municípios com baixo desenvolvimento a qualquer teoria sobre dominação masculina que tenha a gramática do clientelismo e familismo como explicação para o melhor desempenho das mulheres.

Pelo exposto, mais do que corroborar cabalmente as hipóteses, o artigo tem o mérito de instigar novas pesquisas, com metodologias mais apropriadas que permitam elucidar com mais clareza as cadeias causais que ligam variáveis tais como o tamanho populacional, o nível de desenvolvimento econômico municipal, a magnitude distrital, o padrão de financiamento e o desempenho eleitoral.

O Dossiê se encerra com o artigo de Luciana Santana e Isadora Leal Carvalho, intitulado *Da judicialização da política à atuação dos ministros do Supremo Tribunal Federal no Twitter*. Tendo em vista o fenômeno da judicialização da política que caracteriza democracias mundo afora, e a democracia brasileira em particular, o trabalho se propõe a averiguar o quanto os ministros do STF fazem uso das tecnologias da informação (TICs), particularmente do *Twitter* para marcar posições e estabelecer conexões com a sociedade.

As autoras partem da hipótese de que a atuação política dos ministros do STF no *Twitter* é um movimento em progressão, e que essa rede social pode funcionar como instrumento de comunicação entre o Judiciário e os cidadãos, com vistas à construção de decisões através de um processo dialético entre os membros do Judiciário e a sociedade.

De fato, não se pode negar a importância dos meios virtuais para a interação das autoridades políticas e judiciais com os cidadãos, mas o estudo mostra que, em se tratando dos ministros do Supremo Tribunal Federal, esse movimento é recente e incipiente. O levantamento de dados feito pelas autoras

constatou que apenas 04 de 11 ministro do Tribunal têm perfil no *Twitter* e que o número de postagens feitas no período não é elevado – com exceção do ministro Gilmar Mendes, o mais atuante nessa rede social.

Em suma, a pesquisa permite entender que a busca de interação dos ministros do STF com a sociedade por meios virtuais é um fenômeno em desenvolvimento. Com o passar dos anos, os ministros têm criado contas na plataforma e realizado publicações de todos os tipos, e assim utilizado o *Twitter* como instrumento de dispersão do discurso político. Cabe considerar quais as implicações desse processo sobre as interconexões entre as autoridades e os cidadãos, bem como entre a política e a justiça na democracia brasileira.

Em síntese, o Dossiê se apresenta como um esforço de reflexão sobre questões características da Ciência Política, que reconhece a importância das instituições e das ações dos agentes para a compreensão das dinâmicas que marcam os sistemas democráticos. Por isto, o conteúdo discutido ao longo dos artigos aqui publicados articulou essas dimensões e possibilitou o alinhamento metodológico da prática com a teoria, permitindo o aprofundamento das no campo temático das instituições e da representação política.

Desejamos a todos uma ótima e proveitosa leitura!